



4

# ATA

**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E SETE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**-----

**VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** QUINZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----



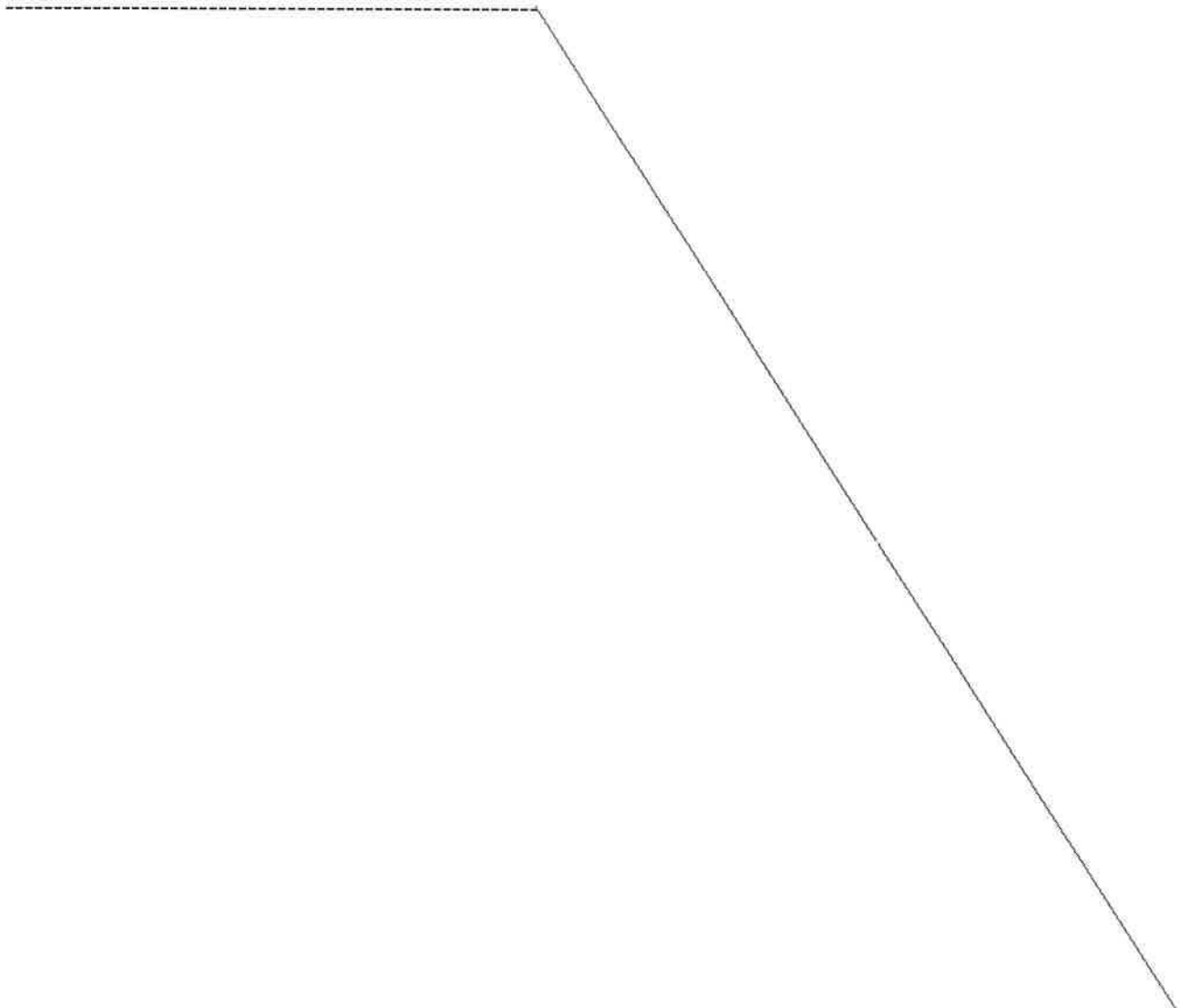
**HORA DE ENCERRAMENTO:** QUINZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS.-----

**SECRETARIOU A** TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA:** A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração política, sobre a redução da dívida do município de Santo Tirso, no ano de dois mil e dezasseis.-----



**DECLARAÇÃO POLÍTICA**  
**(Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2016)**



O Município de Santo Tirso foi o 24.º entre 308 que mais reduziu a dívida no ano de 2016, na ordem dos 5,5 milhões de euros, menos 14 por cento comparativamente com o ano anterior.

No mandato, a descida da dívida municipal foi ainda mais acentuada, situando-se nos 9,2 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 25,4%.

Os dados são do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativos ao ano de 2016, um documento que faz anualmente a radiografia da saúde financeira dos 308 Municípios.

O trabalho desenvolvido pela Ordem dos Contabilistas Certificados confirma a trajetória iniciada em 2013 quanto à consolidação das contas municipais, fruto de uma política de rigor, transparência e equilíbrio orçamental.

Ao contrário do que alguns demagógica e eleitoralmente apregoam, o Município de Santo Tirso está nos radares dos Municípios portugueses com indicadores financeiros positivos, como é, por exemplo, a redução da dívida.

Aliás, Santo Tirso é mesmo um exemplo para o todo nacional, contribuindo para a redução da dívida que se verificou no ano de 2016, a menor dos últimos 11 anos em Portugal.

Para os mais distraídos ou incomodados com a tendência das contas municipais registada a partir de 2013, também há boas notícias no que diz respeito ao Prazo Médio de Pagamento a fornecedores.



Os dados oficiais da Direção Geral das Autarquias Locais, que deveriam ser consultados por algumas forças políticas antes de se pronunciarem sobre os principais indicadores das contas do Município, são claros como a água: em 2012, o Município de Santo Tirso pagava a fornecedores em 145 dias. No segundo trimestre de 2017, esse prazo é de 16 dias!

Mas há ainda mais aspetos positivos relacionados com as contas municipais apresentados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

O documento também mostra que o Município de Santo Tirso tem um dos mais baixos rácios no que respeita ao número de funcionários por cada mil habitantes. Em Santo Tirso, existem 376 trabalhadores para 71 mil e 500 habitantes, o que dá um rácio de 5,35 trabalhadores por mil habitantes, quando, a média nacional, é de 11,34 trabalhadores.

Em 2016, ano a que se reportam os dados apresentados pela Ordem dos Contabilistas Certificados, o Município de Santo Tirso foi o sexto entre 308 que menos recorreu a crédito bancário, tendo apenas contraído um empréstimo de cerca de 90 mil euros, ao passo que abateu 1,8 milhões de euros de obrigações bancárias.

Apesar da quebra no investimento, comum a todos os Municípios portugueses, como chama a atenção o documento, mercê da redução das transferências do Estado, os resultados apresentados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses são globalmente positivos, confirmando o esforço feito a partir de outubro de 2013 no sentido de consolidar as contas municipais.

**Os eleitos pelo Partido Socialista**

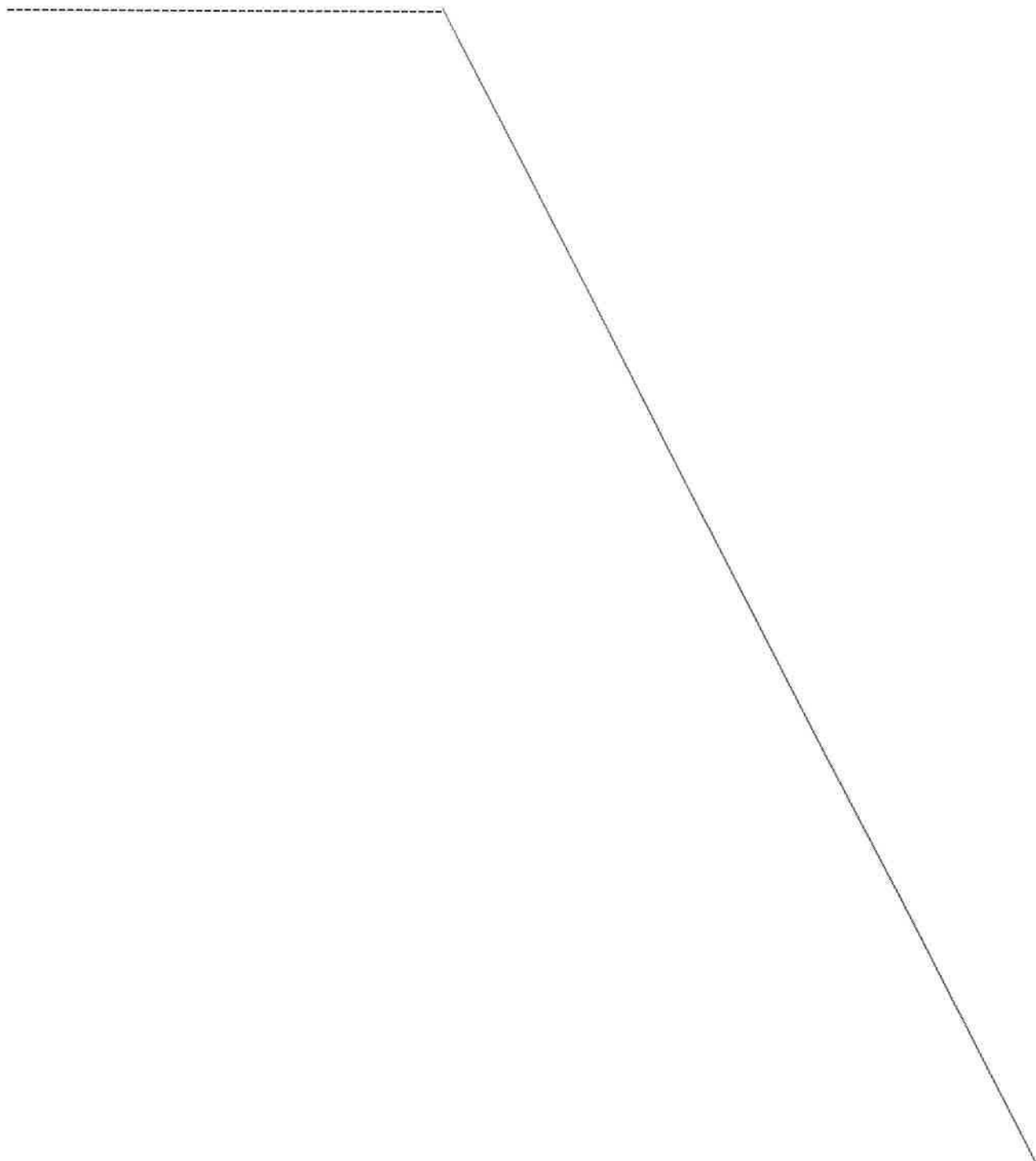
**Santo Tirso, 27 de julho de 2017**



A

7

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.-----**





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27/JULHO/2017 – ATA Nº 15**

**ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 13/07/2017
- 2 – Minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal de 30/06/2017: Conhecimento
- 3 – Regulamento Municipal para a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior – 1ª alteração – abertura de procedimento
- 4 – Protocolo celebrado entre o município de Santo Tirso, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses – Constituição de uma Equipa de Intervenção Permanente: Retificação da deliberação da câmara municipal de 14 de junho de 2017
- 5 – Protocolos de colaboração celebrados entre o município de Santo Tirso e a Universidade Lusófona do Porto: Ratificação
- 6 – Protocolo de colaboração celebrado entre o município de Santo Tirso e o Grupo Lusófona, tendo por objeto a concessão de benefícios a trabalhadores do município de Santo Tirso e instituições do setor da proteção civil: Ratificação
- 7 – Candidatura ao Programa Operacional Regional do NORTE 2020 – Via Panorâmica e Requalificação da Rua Oliveira Salazar – Termo de Aceitação das condições de aprovação: Ratificação
- 8 – “CRO – Centro de Recolha Oficial – Canil/Gatil Municipal” - Resolução de expropriar (parcela 2)
- 9 – Proposta de celebração de protocolo de colaboração entre o município e o Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. – obras de reabilitação do antigo edifício da consulta externa na Unidade de Saúde de Santo Tirso
- 10 – Proposta de atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso – Organização do Dia Municipal do Bombeiro/2017



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

7

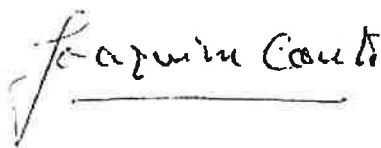
- 11 – Proposta de atribuição de subsídios para colónias de férias 2017: 3ª fase**
- 12 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências com a freguesia de Vila Nova do Campo para a execução da obra de “Beneficiação da Rua Luís Machado do Arão”**
- 13 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências com a freguesia de Rebordões para “Pavimentação de um troço da Avenida de Freitas”**
- 14 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências com a União de freguesias de Lamelas e Guimarei para Beneficiação de um troço da Rua da Veiga e da Rua da Estirada**
- 15 – Junta de Freguesia de Agrela: Pedido de subsidio para requalificação do entroncamento da Rua do Facho com a Rua Nova do Facho**
- 16 – Junta de Freguesia de Negrelos (S. Tomé): Pedido de subsídio para trabalhos de realocização de uma caixa multibanco**
- 17 – Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria da Reguenga: Pedido de subsídio para obra de requalificação da entrada da Capela Mortuária**
- 18 – Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel da Lama. Pedido de subsídio para obras de beneficiação da Igreja Paroquial da Lama**
- 19 – Fábrica da Igreja Paroquial de Agrela: Pedido de subsídio para obras de instalações das salas de catequese de Agrela**
- 20 – Proposta de celebração de protocolo de colaboração entre o municipio de Santo Tirso, a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel da Lama e a União de freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira: Construção de novas instalações sanitárias de apoio à Capela Mortuária da Lama**
- 21 – Grupo Coral Litúrgico Santa Cecília, da freguesia de Vila Nova Campo: Pedido de subsídio para participação no 6º Festival Coral de Verão “Choir Festival & Competition”**



**22 – Associação de Colecionismo Tirsense: Pedido de subsídio para apoio à realização de exposição de colecionismo integrada nas festas em honra de S. Bento**

Santo Tirso, 24 de julho de 2017



O presidente,



Dr. Joaquim Couto





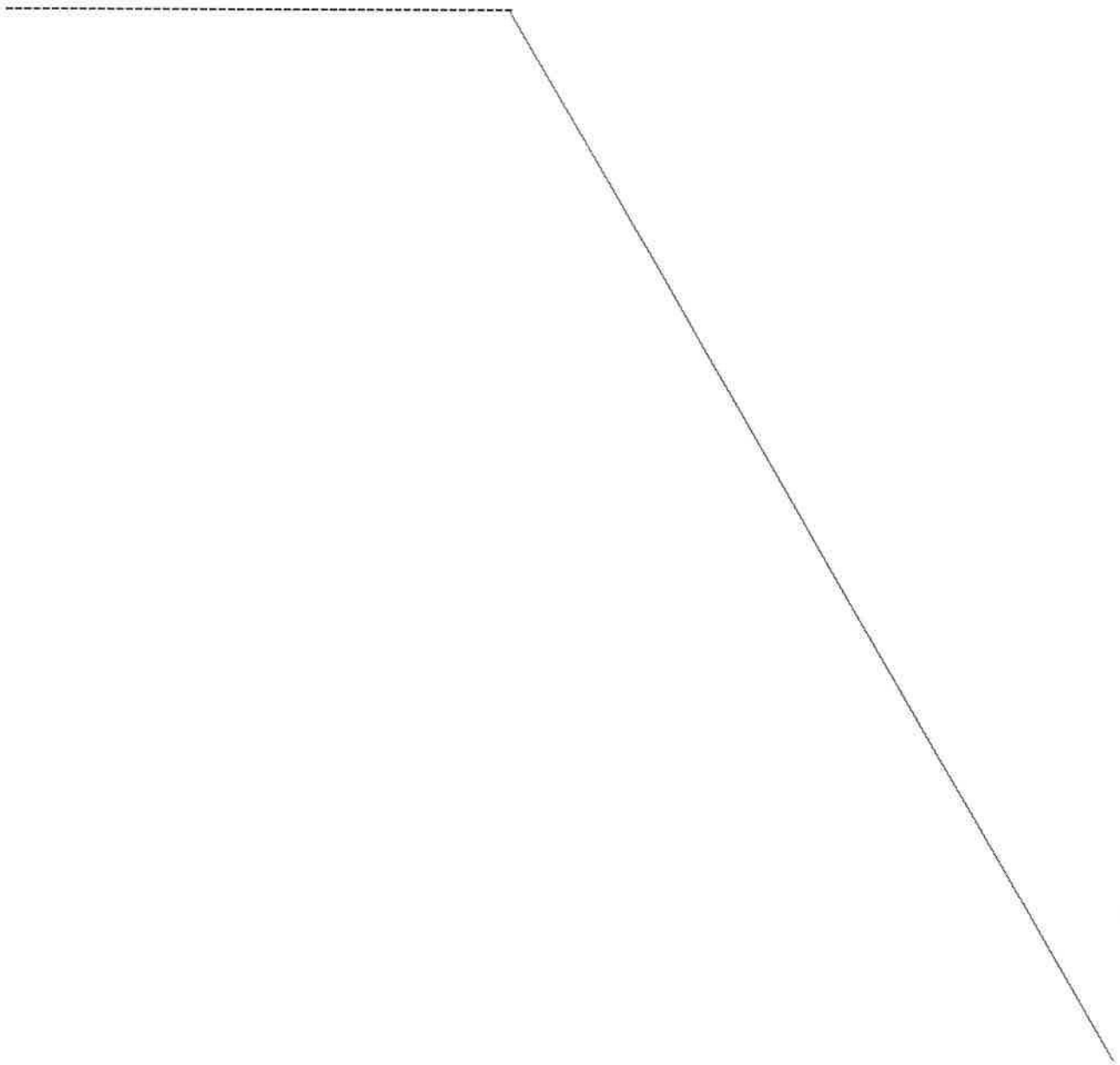
 

**1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA - 13/07/2017.-----**

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia treze do corrente mês de julho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----





**2. MINUTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE 30/06/2017: CONHECIMENTO.**-----

Presente a minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal realizada no dia trinta de junho findo, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Retificação da minuta da ata da reunião da assembleia municipal de vinte e oito de abril último (item quatro), no que se refere ao resultado da votação dos Documentos de Prestação de Contas do Município de Santo Tirso relativos à gerência de 2016;-----

- Apreciação dos Documentos de prestação de contas consolidadas (Artigo 75º da Lei 73/2013, de 03 de setembro);-----

- Nomeação da Sociedade MGI & Associados, SROC, Lda., como auditor externo das contas do município, do ano de dois mil e dezassete, nos termos do artigo 77º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;-----

- Aprovação da proposta de alteração à delimitação administrativa entre as freguesias de Vila das Aves, do concelho de Santo Tirso, e Lordelo, do concelho de Guimarães;-----

- Aprovação da 1ª alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Santo Tirso;-----

- Aprovação do Regulamento de Organização e de Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Concelho de Santo Tirso;-----

- Aprovação do Regulamento do Centro Cultural Municipal de Vila das Aves;-----

- Aprovação do Regulamento Municipal da Horta Urbana de Santo Tirso;-----

- Aprovação do Regulamento Municipal de Incentivos Fiscais do município de Santo Tirso;

- Aprovação de novo Regulamento de Funcionamento da Feira Municipal de Santo Tirso;

- Aprovação de Regulamento Municipal para a Criação da Comissão Municipal de Proteção de Idosos e Adultos Dependentes;-----

- Autorização para a isenção de taxas de ocupação do espaço público relativas a esplanadas



da zona central da cidade de Santo Tirso durante o ano de 2017;-----

- Aprovação de Protocolo de colaboração entre o município de Santo Tirso e a freguesia de Água Longa – Construção do edifício sede da freguesia;-----

- Autorizar a delegação de competências na freguesia de Roriz, para execução de obras de “Beneficiação no Centro Escolar da Costa e Escola da Ribeira – Roriz”;-----

- Autorizar a delegação de competências na freguesia União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira para execução da obra de “Beneficiação / Construção de infraestruturas de drenagem de águas pluviais no recinto da EB 1 de Areias”;-----

- Autorizar a delegação de competências na freguesia de Monte Córdova para a realização da obra denominada “Pavimentação de um troço da Rua da Nascente do Rio Leça, Pavimentação de um troço da Travessa das Fontes Secas e Pavimentação da Rua do Agrelo”;-----

- Autorizar a delegação de competências na Freguesia de Monte Córdova, para execução de diversas obras, identificadas na deliberação da câmara municipal de vinte e nove de junho findo (item 13 da respetiva ata);-----

- Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Vila das Aves – “Festas da Vila / 2017”

- Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Rebordões – “Festas da Vila / 2017”;-----

- Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Roriz – “Festas da Vila / 2017”;-----

- Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Vilarinho – “Festas da Vila / 2017”;-----

- Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Negrelos (São Tomé) – “Festas da Vila / 2017”;-----


- Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo– “Festas da Vila / 2017”;-----

- Atribuição de subsidio à União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães – “Semana de Couto (Santa Cristina) / 2017”;-----

- Concessão de benefícios fiscais à sociedade Lismânia Ferragens e Decorações, Lda..-----



Processo 15/17 AE;-----  
- Concessão de benefícios fiscais à sociedade Carpefer - Produtos Místicos e Esotéricos,  
Lda. - Processo 18/17 AE;-----  
- Concessão de benefícios fiscais à sociedade Carlos Alberto & Filhos, Lda. - Processo  
19/17 AE;-----  
- Concessão de benefícios fiscais à sociedade DUX Interiores SA - Processo 16/17 AE;---  
- Concessão de benefícios fiscais à sociedade da Paiva & Machado Lda. - Processo 17/17  
AE.-----  
A câmara municipal tomou conhecimento.-----



**3. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (1ªALTERAÇÃO) AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR: INÍCIO DO PROCEDIMENTO.**-----

Presente informação de catorze do corrente mês de julho, da Divisão de Educação, registada com o número sete mil e quarenta, a comunicar que se mostra necessário proceder à alteração do Regulamento acima identificado, nomeadamente porque se mostra necessário clarificar a redação do seu artigo 6º, nº 1.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de alteração do Regulamento Municipal acima referido, que tem por objeto estabelecer as disposições regulamentares aplicáveis à atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, residentes no concelho de Santo Tirso, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento a Drª. Mafalda Patrícia Silva Azevedo Fontão, técnica superior afeta à referida unidade orgânica, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração das alterações ao referido regulamento.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





**4. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS TIRSENSES, TENDO POR OBJETO REGULAR AS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE ELEMENTOS DA EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE: RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 14 DE JUNHO DE 2017.**-----

Presente informação da Proteção Civil, de dezanove do corrente mês de julho, registada com o número sete mil duzentos e vinte, a comunicar que na sua informação de vinte e sete de abril último, registada com o número três mil setecentos e setenta e um, referida na deliberação da câmara municipal de catorze de junho findo (item oito da respetiva ata), consta um erro de escrita.-----

Ou seja, no ponto 6 daquela informação onde se lê “2.457,55 € (*dois mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos*)”, deve ler-se “2.467,55 € (*dois mil quatrocentos e sessenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos*)”.-----

Aquele erro de escrita veio a repercutir-se no valor da despesa referida e assumida pela aludida deliberação da câmara municipal.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse retificar a aludida deliberação, no sentido de que onde se lê:-----

“ *Da execução do referido protocolo resulta uma despesa global para o município no montante de 88.471,80 (oitenta e oito mil quatrocentos e setenta e um euros e oitenta cêntimos), a repartir pelos anos económicos de 2017, 2018, 2019, 2020, sendo de 19.660,40 € (dezanove seiscientos sessenta euros e quarenta cêntimos) no ano de dois mil e dezassete; 29.490,60 € (vinte e nove mil quatrocentos e noventa euros sessenta cêntimos), em cada um dos anos económicos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove; e 9.830,20 € (nove mil oitocentos e trinta euros e vinte cêntimos), no ano económico de dois mil e vinte.*-----

*A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação*



*económica 040701, na qual ficou cativa a importância de 19.660,40 € (dezanove mil seiscentos e sessenta euros e quarenta centimos), relativa aos encargos a satisfazer no ano em curso, sendo o restante a cabimentar no início de cada um dos anos subsequentes de execução do protocolo, de acordo com a repartição de encargos atrás referida.*-----

*O compromisso inerente à execução do referido protocolo no ano económico em curso está registado no sistema de contabilidade com os números 2402/2017, de trinta de maio e 2529/2017, de doze do corrente mês de junho.*-----

Passe a ler-se:-----

Da execução do referido protocolo resulta uma despesa global para o município no montante de 88.831,80 (oitenta e oito mil oitocentos e trinta e um euros e oitenta centimos), a repartir pelos anos económicos de 2017, 2018, 2019 e 2020, sendo de 19.740,40 € (dezanove mil setecentos e quarenta euros e quarenta centimos) no ano de dois mil e dezassete; 29.610,60 € (vinte e nove mil seiscentos e dez euros e sessenta centimos), em cada um dos anos económicos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove; e 9.870,20 € (nove mil oitocentos e setenta euros e vinte centimos), no ano económico de dois mil e vinte.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual ficou cativa a importância de 19.740,40 € (dezanove mil setecentos e quarenta euros e quarenta centimos), relativa aos encargos a satisfazer no ano em curso, sendo o restante a cabimentar no início de cada um dos anos subsequentes de execução do protocolo, de acordo com a repartição de encargos atrás referida.-----

O compromisso inerente à execução do referido protocolo no ano económico em curso está registado no sistema de contabilidade com os números 2402/2017, de trinta de maio, e 2529/2017, de doze de junho e 2529/2017, de vinte e cinco do corrente mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



*[Handwritten signature in blue ink]*  
*[Handwritten signature in black ink]*

**5. PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO: RATIFICAÇÃO.-----**

Presente informação dos Serviços de Proteção Civil, de dezanove do corrente mês de julho, registada com o número sete mil duzentos e vinte e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a remeter dois Protocolos de Colaboração celebrados entre o município de Santo Tirso e a Universidade Lusófona do Porto, através da COFAC – Cooperativa da Formação e Animação Cultural, CRL, assinados no dia vinte e oito de junho findo, um deles tendo por objeto o desenvolvimento de um conjunto de áreas a desenvolver pelas partes, sem prejuízo da celebração de protocolos específicos que se mostrem necessários para a sua execução, nas atividades descritas na cláusula 2ª do Protocolo, e o outro tendo por objetivo específico a cooperação entre as partes com vista à atribuição de uma bolsa de estudo pela ULP a residentes no município de Santo Tirso, nos termos do Regulamento anexo ao respetivo Protocolo.-----

Anexa-se cópias dos referidos Protocolos à presente ata, e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os anexos I e II da mesma.-----

O senhor presidente submeteu à câmara municipal a ratificação dos aludidos Protocolos.-

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar os Protocolos anexos.-----





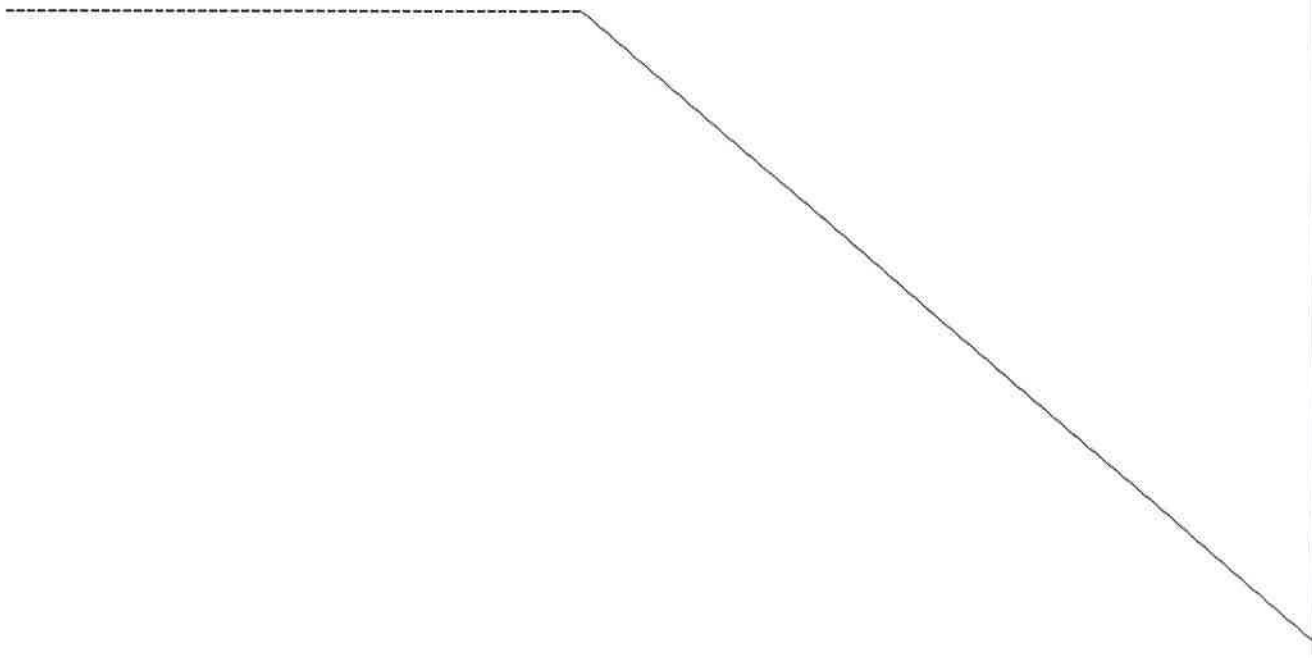
**6. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O GRUPO LUSÓFONA, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E INSTITUIÇÕES DO SETOR DA PROTEÇÃO CIVIL: RATIFICAÇÃO.**-----

Presente informação dos Serviços de Proteção Civil, de dezanove do corrente mês de julho, registada com o número sete mil duzentos e vinte e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a remeter Protocolo de Colaboração celebrado entre o município de Santo Tirso e o Grupo Lusófono, através da COFAC – Cooperativa da Formação e Animação Cultural, CRL, assinados no dia dezoito de junho findo, tendo por objeto a concessão de benefícios aos trabalhadores do município de Santo Tirso, seus cônjuges e aos seus filhos, para a frequência de cursos ministrados nos seus estabelecimentos de ensino, bem como a trabalhadores das instituições do setor da proteção civil identificadas no nº 2 da cláusula 1ª do referido Protocolo, relativamente à frequência da licenciatura em Engenharia de Proteção Civil da ULP.-----

Anexa-se cópia do aludido Protocolo à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma.-----

O senhor presidente submeteu à câmara municipal a ratificação do aludido Protocolo.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Protocolo anexo.-----





**7. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA FEDER À OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 05 – 1406 – FEDER – 000031, DESIGNADA POR “VIA PANORÂMICA E REQUALIFICAÇÃO DA RUA OLIVEIRA SALAZAR”: RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA E ACEITAÇÃO DAS SUAS CONDIÇÕES.-----**

Presente e-mail da Coordenadora da Autoridade Urbana de Santo Tirso, de vinte e seis de junho findo, registado com o número quinze mil oitocentos e noventa e três, a notificar o município que a candidatura a fundos comunitários – Operação NORTE – 05 – 1406 – FEDER – 000031 – designada “Via Panorâmica e Requalificação da Rua Oliveira Salazar” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia vinte e um do mesmo mês de junho.-----

A Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos informa que o valor elegível do investimento é de 996.819,92 € (novecentos e noventa e seis mil oitocentos e dezanove euros e noventa e dois centimos), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 85%, no montante de 821.796,93 € (oitocentos e vinte e um mil setecentos e noventa e seis euros e noventa e três centimos), sendo a contrapartida nacional assegurada pelo município de Santo Tirso, tudo conforme condições constantes do Termo de Aceitação de que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de apresentação da referida candidatura e de aceitação das suas condições.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e deliberou aceitar as condições constantes do aludido Termo de Aceitação e seus anexos.-----



**8. “CRO – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – CANIL/GATIL MUNICIPAL” -  
RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR (PARCELA 2).-----**

Presente informação da Divisão Jurídica, de vinte e quatro do corrente mês de julho, registada com o número sete mil trezentos e noventa e nove, a comunicar que para a execução dos trabalhos de beneficiação do acesso ao Centro de Recolha Oficial, incluídos na respetiva empreitada, para além da parcela de terreno que já foi adquirida pela via do direito privado, é ainda necessária uma parcela de terreno, identificada na respetiva planta cadastral com o número dois, mostrando-se necessário avançar para o processo de expropriação pelas razões indicadas naquela informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita, para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

A obra em causa é de relevante interesse municipal, respondendo quer a preocupações com o bem-estar animal, quer de saúde pública, manifesta em várias legislações, de que se realça a Lei 27/2016, de 23 de agosto;-----

Para o bom funcionamento do Centro de Recolha Oficial, a construir em terrenos do município, é imprescindível a beneficiação do caminho público de acesso, sob pena de ficar dificultado o acesso de viaturas ao CRO;-----

Pelo que, é absolutamente necessária a aquisição da parcela de terreno abaixo descrita;---

O município tem atribuições no domínio do equipamento urbano (alínea a) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro);-----

A aquisição dos terrenos necessários à execução daquela obra consta do Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso, já aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e nove de novembro findo (objetivo 4.3; Ação: 01/2012/I/4);-----

Apesar de todas as diligências tomadas para o efeito, não foi possível obter acordo com o proprietário da referida parcela no sentido da sua aquisição pela via do direito privado;-----

Como se referiu, a obra em causa é de relevante interesse municipal, sendo urgente



*[Handwritten signature]*

assegurar todas as condições para que a mesma se desenvolva sem interrupções, sob pena dos prejuízos inerentes para o município;-----

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 10º do Código das Expropriações e art.º 11º do mesmo Código, solicitou-se a perito da lista oficial que procedesse à avaliação da parcela de terreno a expropriar, sendo que, de acordo com o respetivo relatório de avaliação datado de vinte e quatro do corrente mês de julho, junto ao respetivo processo administrativo, a previsão dos encargos a suportar com a expropriação da parcela de terreno a seguir descrita é de 882,00 € (oitocentos e oitenta e dois euros) valor que se encontra cativo na rubrica orçamental com a classificação económica 06020305, conforme proposta de cabimento número 2286/2017 e a despesa estimada ficou registada no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento número 2391/2017 de vinte e cinco do corrente mês de julho;-----

Há assim necessidade de se dar início ao processo de expropriação da referida parcela de terreno, tomando-se a resolução de expropriar prevista no art.º 10º do Código das Expropriações aprovado pela Lei 168/99, de 18 de setembro;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal, ao abrigo do disposto no referido art.º 10º e art.º 33º, n.º 1, alínea vv), do anexo I da Lei 75/2013, de 12 setembro, delibere requerer ao Ministro competente a declaração de utilidade pública da expropriação da parcela de terreno a seguir descrita e melhor identificada na planta anexa à presente ata e da qual fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, com caráter de urgência, solicitando-se autorização para a posse administrativa ao abrigo do disposto no artigo 19º do Código das Expropriações.-----

A identificação da parcela de terreno a expropriar, é feita através de planta parcelar contendo as coordenadas dos pontos que definem os limites da área a expropriar, de harmonia com o previsto no nº 2 do artigo 10º do referido Código das Expropriações.-----

De harmonia com o Plano Diretor Municipal em vigor, o bem a expropriar está incluído em área de “Espaço Industrial e Estrutura Ecológica”, conforme extrato das Plantas de Ordenamento e



de Condicionantes daquele instrumento de gestão territorial, das quais se anexam cópias à presente ata e dela ficam igualmente a fazer parte integrante, constituindo as folhas vinte e duas a vinte e cinco da mesma.-----

**Parcela de terreno a expropriar:-----**

Parcela 2-----

Parcela de terreno com a área de 33,60 m<sup>2</sup> (trinta e três vírgula sessenta metros quadrados), sita no Lugar da Ermida, Santa Cristina do Couto, freguesia da União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte e nascente com o proprietário, e de sul e poente com caminho público, melhor identificada a cor vermelha na planta parcelar anexa, propriedade de António Ribeiro de Sousa, casado, residente na Rua Santo André, nº 668, da dita freguesia.-----

De acordo com requerimento do proprietário, de três de março último, o prédio do qual é desanexada a parcela a expropriar está arrendada à Portucel;-----

No entanto, e conforme consta do aludido relatório de avaliação, não obstante a parcela ser a desanexar de um prédio rústico com exploração florestal, o espaço a ocupar com a obra é uma pequena parte frontal do mesmo, atualmente sem utilização visível, apenas constituído por floresta e mato, em regime de exploração espontânea;-----

A supressão da parcela ao prédio não inviabiliza a sua acessibilidade e utilização, mantendo a frente rodoviária que possuía, que ficará ainda melhorada.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

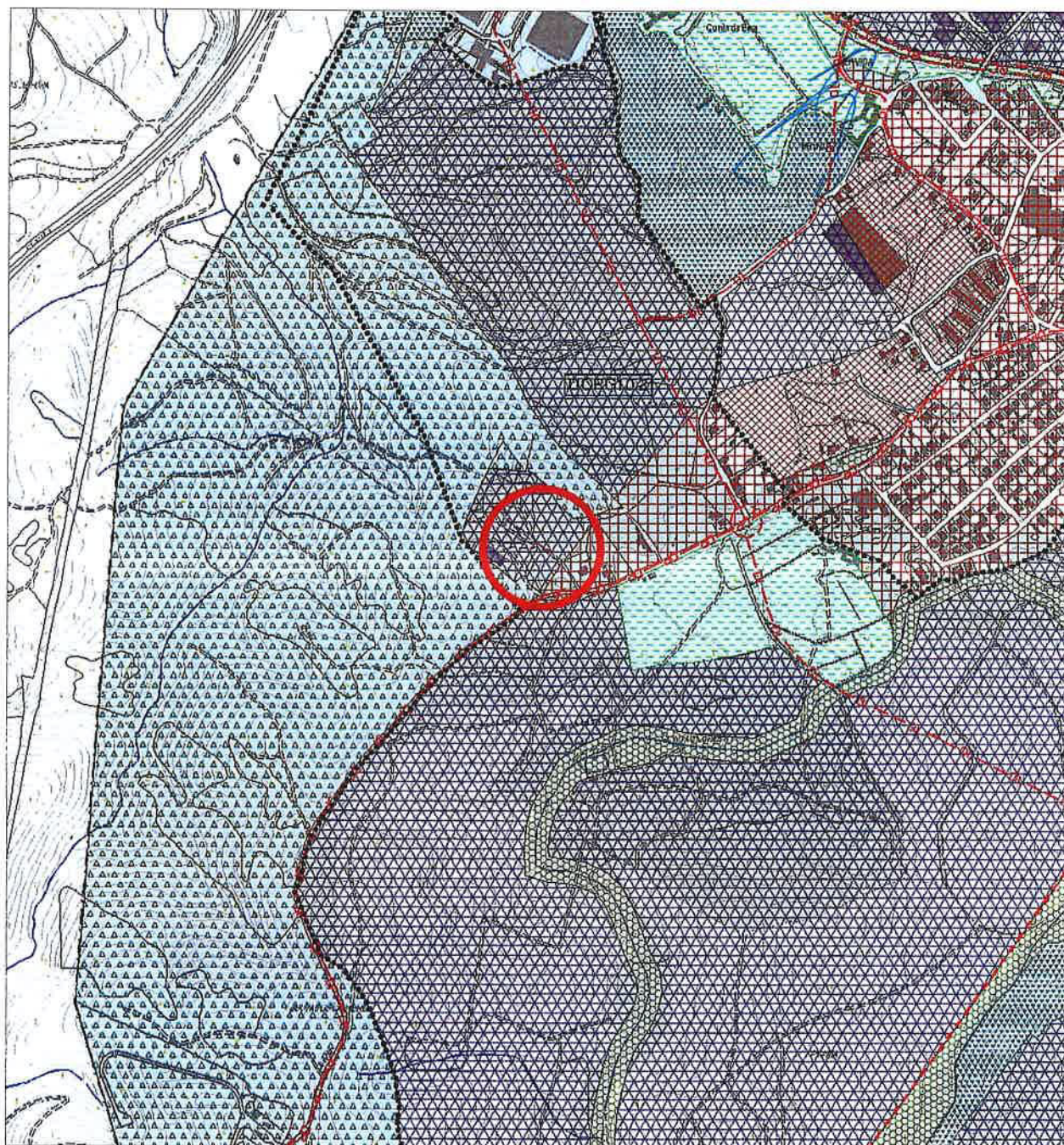






Folha





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

## Departamento de Planeamento Urbanismo e Ambiente

### Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

#### EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Beneficição do acesso ao centro de recolha oficial - Canil / Gatil - Expropriação da parcela 2

Autor Duarte Nuno	Rubrica do autor Duarte N. Fonseca	Colaboradores	Coordenador Lúcia Rodrigues (arq.)
----------------------	---------------------------------------	---------------	---------------------------------------

Escala: 1/10 000	0 100 500 1 000 m
------------------	-------------------

Entidade proprietária da cartografia Câmara Municipal de Santo Tirso	Entidade Produtora ARTOP	Data edição 31/09/2000	Série cartográfica oficial Não aplicável	Homologação oficial IGP - 21 Maio 2004
Sistema de projeção Hayford Gauss	Datum Datum 73	Projeção Cartográfica Gauss	Exatidão posicional e temática Planimetria ≤ 1m / < 1:15m	



M.012DAP

Referência	SGD	Registo	Substitui	Substituído	Data	Folha
	4107/17				julho 2017	01



## LEGENDA DA PLANTA DE ORDENAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

## CLASSIFICAÇÃO DO SOLO URBANO:

		Espaço Habitacional Tipo I / Espaço Habitacional Tipo I + Estrutura Ecológica
		Espaço Habitacional Tipo II / Espaço Habitacional Tipo II + Estrutura Ecológica
		Espaço Habitacional Tipo III / Espaço Habitacional Tipo III + Estrutura Ecológica
		Espaço Habitacional Tipo IV / Espaço Habitacional Tipo IV + Estrutura Ecológica
		Espaço Industrial / Espaço Industrial + Estrutura Ecológica
		Espaço de Equipamento / Espaço de Equipamento + Estrutura Ecológica
		Espaço Verde Urbano / Espaço Verde Urbano + Estrutura Ecológica
		Espaço de Turismo Residencial / Espaço de Turismo Residencial + Estrutura Ecológica

## CLASSIFICAÇÃO DO SOLO RURAL:

		Espaço de Indústria Extrativa / Espaço de Indústria Extrativa + Estrutura Ecológica
		Espaço Florestal Principal / Espaço Florestal Principal + Estrutura Ecológica
		Espaço Florestal Multifuncional / Espaço Florestal Multifuncional + Estrutura Ecológica
		Espaço Agrícola / Espaço Agrícola + Estrutura Ecológica

## ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

## UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO:

	Limite UOPG		Limite SUB-UOPG
	Área de Urbanização Especial / Área de Urbanização Especial + Estrutura Ecológica		

<b>UOPG 1</b>	Plano de Pormenor da Zona Industrial de Fontiscos	<b>UOPG10.1</b>	Via do Trabalho Norte, Santo Tirso
<b>UOPG 2</b>	Plano de Pormenor da Quinta de Geão	<b>UOPG10.2</b>	Via do Trabalho Sul, Santo Tirso e S. C. do Couto
<b>UOPG 3</b>	Plano de Pormenor da Zona das Rãs	<b>UOPG11</b>	Agrela / Água Longa
<b>UOPG 4</b>	Plano de Urbanização das Margens do Ave	<b>UOPG12</b>	Rebordões Norte
<b>UOPG 5</b>	Verdeal, Vila das Aves	<b>UOPG13</b>	Alto do Sobrado, Vila das Aves
<b>UOPG 6</b>	Caldas da Saúde, Areias	<b>UOPG14</b>	Golfe Pizão, Água Longa
<b>UOPG 7</b>	S. Martinho do Campo	<b>UOPG15</b>	Gulmarei - Centro
<b>UOPG 8</b>	Santo Tirso - Centro da Cidade	<b>UOPG16</b>	Frente Ribeirinha do Rio Vizela, Vila das Aves
<b>UOPG 9</b>	Juncal, Santo Tirso		

## IMÓVEIS DE INTERESSE MUNICIPAL NÃO CLASSIFICADOS:

<b>IIM - NC</b>		Imóveis e Conjuntos		<b>IIM - NC</b>	Sítios Arqueológicos
-----------------	--	---------------------	--	-----------------	----------------------

## REDE VIÁRIA

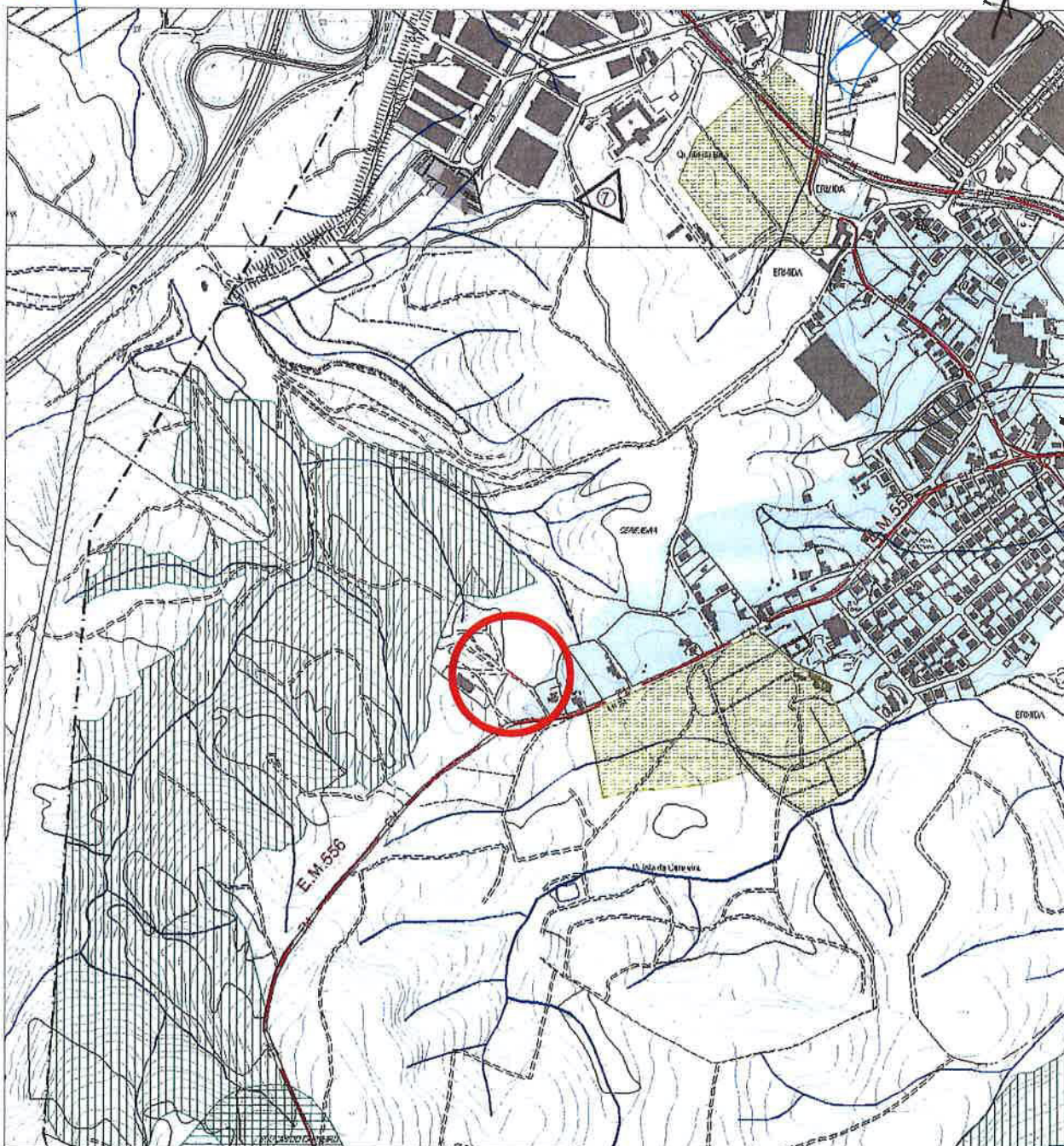
	Rede Coletora:		Distribuidora Local:
	Existente		Existente
	Proposta		Proposta
	Distribuidora Principal:		Local:
	Existente		Proposta
	Proposta		

## REDE FERROVIÁRIA

	Existente
--	-----------

	LIMITE DE CONCELHO
--	--------------------





## Departamento de Planeamento Urbanismo e Ambiente

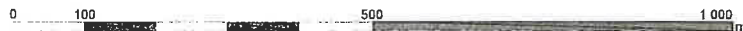
### Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

#### EXTRATO DA PLANTA DE CONDICIONANTES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Beneficiação do acesso ao centro de recolha oficial - Canil / Gatil - Expropriação da parcela 2

Autor Duarte Nuno	Rubrica do autor <i>Duarte N. Fonseca</i>	Colaboradores	Coordenador Lúcia Rodrigues (arq.)
----------------------	--	---------------	---------------------------------------

Escala: 1/10 000



Entidade proprietária da cartografia Câmara Municipal de Santo Tirso	Entidade Produtora ARTOP	Data edição 31/09/2000	Série cartográfica oficial Não aplicável	Homologação oficial IGP - 21 Maio 2004
Sistema de projecção Hayford Gauss	Datum Datum 73	Projecção Cartográfica Gauss	Exatidão posicional e temática Planimetria $\leq 1m / < 1.15m$	

Referência	SGD	Registo	Substituído	Substituído	Data	Folha
	4107/17				julho 2017	02



M.014DAP



## LEGENDA DA PLANTA DE CONDICIONANTES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL


## RECURSOS HÍDRICOS:

 Linhas de Água do Domínio Hídrico


## RECURSOS GEOLÓGICOS:

 Pedreiras (nº de licença)

Perímetro de Protecção das Termas das  
Caldas da Saúde (HM-44) - Portaria n.º 80/2008:

 Zona Imediata

 Zona Intermédia


 Zona Alargada

## RESERVAS NACIONAIS:

 Reserva Agrícola Nacional (RAN)

## Reserva Ecológica Nacional (REN):

 Zonas ameaçadas pelas cheias


 Áreas de máxima infiltração

 Cabeceiras de linhas de água

 Áreas com riscos de erosão

 Leitos dos cursos de água da REN

## ESPÉCIES LEGALMENTE PROTEGIDAS:

 Povoamento de sobreiros (*Quercus suber*)

## RUÍDO :

 Zonas Sensíveis

 Zonas Mistas
INFRA-ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO  
E TRANSPORTE :
 A3-IP1 Itinerário Principal (A3)


 A41-IC24 Itinerário Complementar (IC24)

 EN Outras Estradas (EN105, EN104, EN204)

 ER Estradas Regionais (ER207, ER319)

 EM Estradas Municipais

 CM Caminhos Municipais

 Zona de servidão non aedificandi da variante à EN14

 Linha Férrea

## INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS :

 Linhas de Alta Tensão

 Gasoduto - traçado

 Reservatório

## CARTOGRAFIA :

 Marcos Geodésicos


 LIMITE DO CONCELHO

## IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO:

XX MN

 Monumento Nacional (MN)

XX IIP

 Imóvel de Interesse Público (IIP)


XX Ivc

 Imóvel em vias de classificação (Ivc)


XX ivr

 Imóvel em vias de reclassificação (ivr)


01 IIP

 Casa do Mosteiro, Roriz, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 28/82 de 26-2


02 IIP

 Casa e Quinta de Diniz de Cima, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 1/86 de 3-1


03 IIP

 Casa e Quinta de Diniz de Baixo, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto N.º 45/93 de 30-11


04 IIP

 Castro de Santa Margarida, Negrelos (S. Tomé) Santo Tirso, Porto IIP, classificado através do Decreto N.º 29/90 de 17-07


05 MN

 Castro do Monte Padrão - Monte Córdova Monte Córdova, Monte Córdova, Santo Tirso, Porto MN, Decreto de 16-06-1910; Decreto Nº 38491 de 6-11-1951 ZEP, Portaria n.º 372/2011, DR N.º 35, 2ª série, de 18-02-2011


06 IIP

 Conjunto formado pelo edifício da Serra Hidráulica de Pereiras e respectiva máquina, o açude em que está integrada e o canal que a serve Monte Córdova, Santo Tirso, Porto, IIP, Decreto Nº 26 - A/92 de 01-06


07 IIP

 Igreja de S. Miguel Vilarinho, Vilarinho, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 39175 de 17-4-1953


08 MN

 Igreja de S. Pedro de Roriz Roriz, Roriz, Santo Tirso, Porto MN, Decreto de 16-6-1910


09 IIP

 "Loggia" quinhentista e Capela manuelina da Igreja de S. Tomé de Negrelos. S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 33587 de 27-3-1944


10 MN

 Mosteiro de Santo Tirso (São Bento) Santo Tirso, Santo Tirso, Porto, MN, Decreto de 16-6-1910; Decreto Nº 38491 de 6-11-1951; Decreto Nº 28/82 de 26-2

11 IIP

 Pintura a Fresco da capela-mor da Igreja de Santa Maria de Negrelos, Santa Maria de Negrelos, Roriz, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto n.º 41 191, DG 162 de 18 de Julho de 1957

12 IVC

 Capela de Santa Cruz Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso, Porto IVC, Despacho da Secretaria de Estado da Cultura de 27. 12. 1979; Despacho de 31 de Janeiro de 1980

 Limite do Monumento

 Zona de Protecção (ZP = 50 metros)

 Zona Especial de Protecção (ZEP)

## ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO :



## Árvores Isoladas de Interesse Público:

1 - *Quercus robur* L.- Valinhas (junto à capela),  
Monte Córdova  
(Diário da República, II Série, n.º 119, de 23/05/1940)

2 - *Camellia japonica* L.- Cemitério da Agrela  
(Diário da República, II Série, n.º 81, de 07/04/1997)

3 - *Quercus robur* L.- Lugar da Carvalheira, Burgães  
(Diário da República, II Série, n.º 193, de 22/08/1997)


4 - *Quercus robur* L.- Lugar da Carvalheira, Guimarei  
(Diário da República, II Série, n.º 66, de 19/03/2001)



## Conjunto de Árvores de Interesse Público

5 - *Platanus hybrida* BROU. - Alameda (Junto à ponte  
sobre o rio Ave) - Santo Tirso  
(Diário da República, II Série, n.º 118, de 22/05/1940)

6 - *Platanus* spp. - Mácio Arbóreo constituído por 4  
plátanos - S. Miguel do Couto  
(Diário da República, II Série, n.º 54, de 04/03/2000)

 Zona de Protecção (ZP = 50 metros)



Beneficiação do acesso ao centro de recolha oficial - Canil / Gatil - Expropriação da parcela 2

Autor  
Duarte Nuno

Rubrica do autor  
Duarte N. Fonseca

## Colaboradores

Coordenador  
Lúcia Rodrigues (arq.)

Escala: 1/10 000



Entidade proprietária da cartografia  
Câmara Municipal de Santo Tirso

Entidade Produtora  
ARTOP

Data edição  
31/09/2000

Série cartográfica oficial  
Não aplicável

Homologação oficial  
IGP - 21 Maio 2004

Sistema de projeção  
Hayford Gauss

Datum  
Datum 73

Projeção Cartográfica  
Gauss

Exatidão posicional e temática  
Planimetria  $\leq 1\text{m} / < 1.15\text{m}$

## Referência

SGD  
4707/17

## Registro

Substitui

Substituído

Data  
julho 2017

Folha









03



LEGENDA DA PLANTA DE CONDICIONANTES - RISCOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ÁREAS PERCORRIDAS POR INCÊNDIO

Para efeito da restrição prevista no DL 327/90, alterado pelo DL 55/2007

	2007
	2008
	2009
	2010
	2011
	2012
	2013
	2015

ÁREAS DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL DAS CLASSES ALTA OU MUITO ALTA


Para efeito das restrições previstas no artigo 16º do DL 124/2006, alterado pelo DL 17/2009

	Classe alta ou muito alta
---	---------------------------



ÁREAS INUNDÁVEIS

	Limite de Cheia com período de retorno de 100 anos - n.º 7 do art.º 40 da Lei 58/2005
---	---

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS - DIRETIVA SEVESO



	Instalação de armazenagem de gás - Alvará nº 3038/P de 27/03/2006
---	---

EXPLOSIVOS (zona de Segurança):

	Edifícios de armazenagem e fabrico de produtos explosivos
	P2: Processo nº 870/04 - Alvará 427 de 03/06/2005
	P1: Processo nº 1089/202 - Licença de utilização 403 de 17/11/2003
	Zona de segurança

	LIMITE DE CONCELHO
---	--------------------



**9. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E O CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E.P.E. – OBRAS DE REABILITAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DA CONSULTA EXTERNA NA UNIDADE DE SAÚDE DE SANTO TIRSO.**-----

Presente ofício de oito de março último, do Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE, registado com o número seis mil quinhentos e dois, a solicitar o apoio do município para as obras no edifício na Unidade de Saúde de Santo Tirso (ex. Hospital Conde S. Bento), em particular as obras de reabilitação do antigo edifício da consulta externa.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com a fundamentação que consta da minuta de Protocolo de Colaboração que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, deliberasse celebrar um Protocolo de Colaboração com o Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE, nos termos que constam da referida minua, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 50.092,89 € (cinquenta mil noventa e dois euros e oitenta e nove cêntimos).-----

A despesa assumida pelo município será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem dotação, conforme propostas de cabimento orçamental números 2259/2017, de vinte e um do corrente mês de julho, e 2308/2017, desta data.-----

O compromisso assumido ficou registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2943/2017, também de vinte e um de julho, e 3008/2017, desta data.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**10. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTO TIRSO – ORGANIZAÇÃO DO DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO/2017.**-----

Presente informação de cinco do corrente mês de julho, dos serviços de Proteção Civil, registada com o número seis mil seiscentos e quarenta e cinco, a propor a atribuição de um subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Santo Tirso, que organizou em parceria com o município de Santo Tirso, o Dia Municipal do Bombeiro/2017.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando os fins benemerentes e humanitários prosseguidos pelas associações de bombeiros voluntários, fins que justificam que o município lhes conceda o apoio adequado a dotá-las dos meios indispensáveis à prossecução dos objetivos altruístas para que foram criadas;-----

Considerando que os municípios têm atribuições no âmbito da Proteção Civil (cfr. artigo 23º, nº 2, alínea j) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro);-----

Considerando a fundamentação constante da aludida informação, que aqui se tem por reproduzida, para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal de Santo Tirso, por ocasião das comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, e ao abrigo da sua competência para deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes (alínea o) do nº1 do artigo 33º da mesma lei), delibere atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso um subsídio no montante de 5.677,00 € (cinco mil seiscentos e setenta e sete euros).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a seguinte classificação: classificação orgânica; 02; classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento nº 2116/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2823/2017 de sete do corrente mês de julho.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 15 Fl. 28  
27 de julho de 2017



A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

-----



**11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA COLÓNIAS DE FÉRIAS 2017: 3ª FASE.**-----

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte do corrente mês de julho, registada com o número sete mil duzentos e cinquenta e nove, a sugerir a atribuição de subsídio para colónias de férias, em aditamento aos subsídios já deliberados em reunião da câmara municipal de vinte e nove de junho findo (item catorze da respetiva ata).-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que no verão várias instituições do concelho promovem colónias de férias, proporcionando desse modo uma vivência saudável a milhares de crianças;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas durante o período em que decorrem as colónias de férias encerram conteúdos de elevado alcance pedagógico em vários domínios, com especial incidência para os de natureza sócio - afetiva e psicomotora, contribuindo assim para o crescimento harmonioso das crianças; -----

Considerando as atribuições do município em matéria de educação e tempos livres (alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da lei 75/2013, de 12 de setembro) e a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do mesmo diploma legal, proponho que a câmara municipal delibere atribuir o seguinte subsídio:-----

- Associação de Pais da Escola EB1/JI de Quintão - Palmeira-----110,00 € (cento e dez euros).-----

A despesa com a atribuição do referido subsídio será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701 na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento n.º 2261/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2944/2017, de vinte e um do corrente mês de julho.---

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





*[Handwritten signature]*

**12. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE VILA NOVA DO CAMPO PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE “BENEFICIAÇÃO DA RUA LUÍS MACHADO DO ARÃO”.-----**

Presente ofício da junta de freguesia de Vila Nova do Campo, de nove de maio último, registado com o número onze mil duzentos e sessenta e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a Pavimentação da Rua Luís Machado do Arão – São Mamede de Negrelos, que está incluída no PPI do município para o ano em curso.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de vinte do corrente mês de julho, registada com o número sete mil duzentos e setenta e um, a comunicar quais os trabalhos que se mostram necessários realizar na obra denominada “Pavimentação da Rua Luís Machado do Arão – São Mamede de Negrelos”, cuja estimativa orçamental, é de 76.836,75 € (setenta e seis mil oitocentos e trinta e seis euros e setenta e cinco cêntimos), com IVA incluído.----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 117º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aqueles trabalhos.-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----

A referida obra consta no PPI de dois mil e dezassete (projeto/ação 024/2016/I/66), no

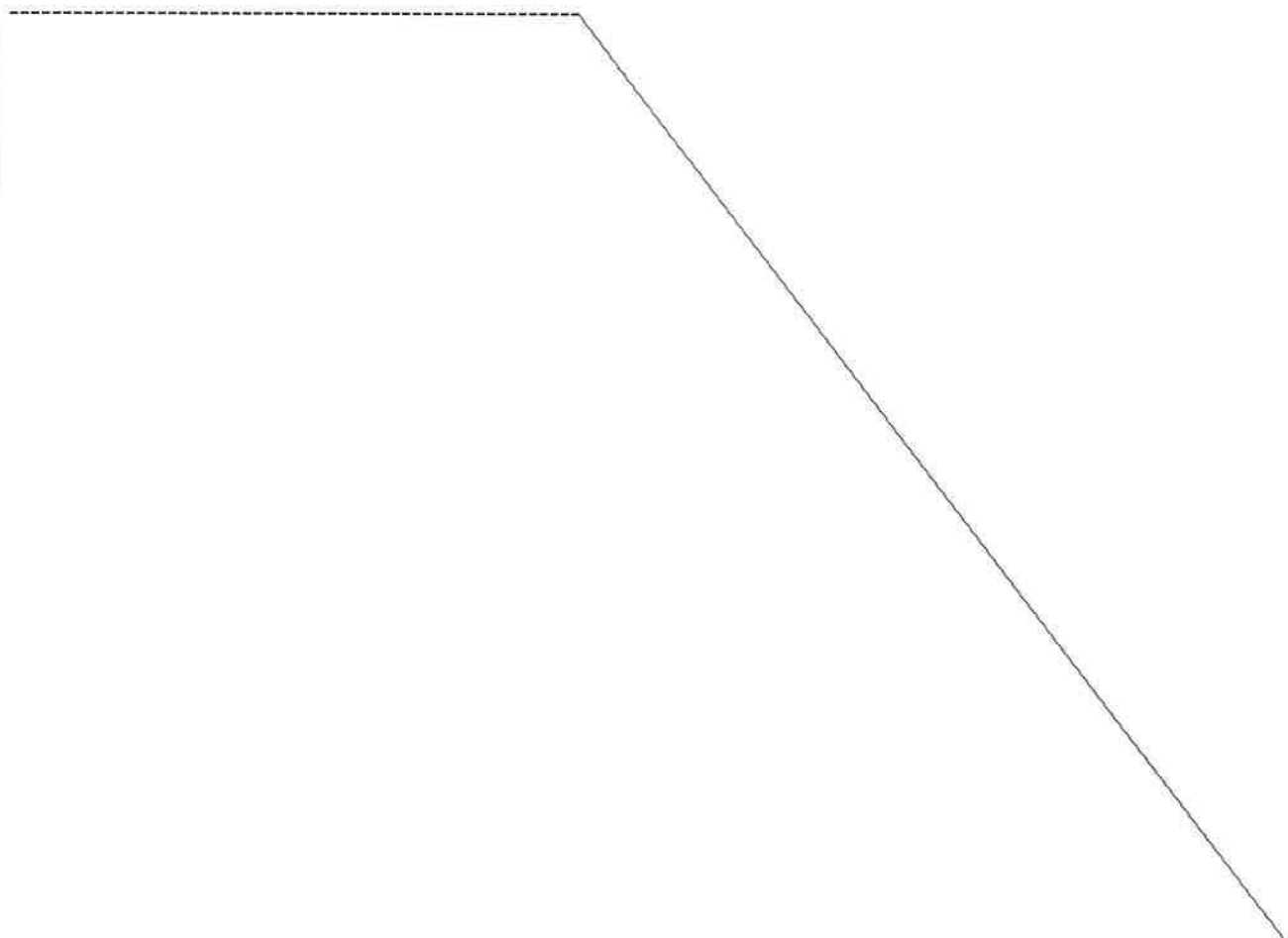
entanto com uma despesa prevista inferior à da comparticipação a atribuir à freguesia de Vila Nova do Campo;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere solicitar autorização à assembleia municipal para delegar na freguesia de Vila Nova do Campo a competência para a execução da referida obra, nos termos da minuta de contrato de delegação de competências que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental, n.º 2253/2017.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2958/2017, de vinte e cinco do corrente mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





**13. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDÕES PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA DENOMINADA “PAVIMENTAÇÃO DE UMA TRAVESSA DA AVENIDA DE FREITAS”.---**

Presente ofício da junta de freguesia de Rebordões, de quatro do corrente mês de julho, registado com o número dezasseis mil seiscentos e dezoito, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a pavimentação de uma travessa da Avenida de Freitas, denominada Rua António Alves da Silva, cujo orçamento é de 16.077,50 € (dezasseis mil setenta e sete euros e cinquenta cêntimos), mais IVA.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de cinco do corrente mês de julho, registada com o número seis mil setecentos e seis, a comunicar quais os trabalhos que se mostram necessários realizar na obra denominada “Pavimentação de uma Travessa da Avenida de Freitas”, e que o orçamento apresentado pela junta de freguesia de Rebordões, está de acordo com os preços praticados no mercado.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 117.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aqueles trabalhos.-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----





Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere solicitar autorização à assembleia municipal para delegar na freguesia de Rebordões a competência para a execução da referida obra, nos termos da minuta de contrato de delegação de competências que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2184/2017.

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2957/2017, de vinte e cinco do corrente mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

-----



**14. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LAMELAS E GUIMAREI PARA BENEFICIAÇÃO DE UM TROÇO DA RUA DA VEIGA E DA RUA DA ESTIRADA.**-----

Presente ofício de quatro do corrente mês de julho, da União das Freguesias de Lamelas e Guimarei, registado com o número dezasseis mil seiscientos e quarenta e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para as obras de beneficiação da Rua da Veiga, em Lamelas, e Rua da Estirada, em Guimarei, conforme orçamentos que anexa, nos valores de 17.600,00 € (dezassete mil e seiscientos euros), mais IVA, e 14.290,00 € (catorze mil duzentos e noventa euros), mais IVA, respetivamente.---

O assunto vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de sete do corrente mês de julho, registada com o número seis mil setecentos e sessenta e quatro, a comunicar quais os trabalhos que se mostram necessários realizar para beneficiação das referidas vias, e que os orçamentos apresentados pela junta de freguesia, estão de acordo com os preços praticados no mercado.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 117.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aqueles trabalhos.-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do

município;-----

Considerando que as referidas obras estão previstas no Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso, a câmara municipal está autorizada a celebrar o respetivo contrato de delegação de competências, de harmonia com o previsto no artigo 38º das Normas de Execução Orçamental, que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovadas pela assembleia municipal em sessão de vinte e nove de novembro último;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere delegar na freguesia da União das Freguesias de Lamelas e Guimarei a competência para a execução da referida obra, nos termos da minuta de contrato de delegação de competências que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2182/2017.

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2979/2017, de vinte e cinco do corrente mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**15. JUNTA DE FREGUESIA DE AGRELA: PEDIDO DE SUBSIDIO PARA REQUALIFICAÇÃO DO ENTRONCAMENTO DA RUA DO FACHO COM A RUA NOVA DO FACHO.**-----

Presente ofício de dezassete de junho findo, da junta de freguesia de Agrela, registado com o número quinze mil trezentos e noventa e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de requalificação do entroncamento da Rua do Facho com a Rua Nova do Facho.-----

A Divisão de Projetos e Empreitadas informa, em cinco do corrente mês de julho, que o valor do subsídio solicitado pela junta de freguesia é aceitável, face à natureza e volume dos trabalhos a executar.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, face à urgência na execução da obra em causa, que permitirá aumentar a segurança rodoviária no local, deliberasse atribuir à freguesia de Agrela um subsídio no montante de 5.300,00 € (cinco mil e trezentos euros), a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2182/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2979/2017, de vinte e cinco do corrente mês de julho.-

Mais propôs, face à competência da assembleia municipal prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a presente deliberação fosse submetida à próxima sessão ordinária daquele órgão deliberativo, para ratificação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

**16. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE NEGRELOS (S. TOMÉ) PARA TRABALHOS DE RELOCALIZAÇÃO DE UMA CAIXA MULTIBANCO.**-----

Presente ofício de dezassete de maio último, da junta de freguesia de Negrelos (S. Tomé), registado com o número doze mil trezentos e trinta e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de relocalização de uma caixa multibanco, cuja estimativa orçamental é de 3.595,00 € (três mil quinhentos e noventa e cinco euros) mais IVA.-----

A Divisão de Projetos e Empreitadas informa, em sete do corrente mês de julho, que o orçamento apresentado pela junta de freguesia é aceitável, face à natureza dos trabalhos executados.--

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, face à sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio à freguesia de Negrelos (S. Tomé) no montante de 3.810,70 € (três mil oitocentos e dez euros e setenta centimos).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2086/2017.-----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2758/2017, de quatro do corrente mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





*(Handwritten signature and initials)*

**17. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA MARIA DA REGUENGA:  
PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA ENTRADA DA  
CAPELA MORTUÁRIA.-----**

Presente ofício de vinte e quatro de maio último, da Paróquia de Santa Maria da Reguenga, registado com o número treze mil setecentos e cinquenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de requalificação da entrada da capela mortuária da Reguenga, cuja estimativa orçamental é de 1.736,85 € (mil setecentos e trinta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos), mais IVA.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município;-----

Considerando a importância que as Igrejas Locais assumem no seio da comunidade em que se inserem, sendo que os membros da Igreja são simultaneamente membros da comunidade local e um número significativo de cidadãos são membros conscientes e ativos da Igreja, estando simultaneamente comprometidos com o desenvolvimento social;-----

Considerando que a capela mortuária da Reguenga, embora propriedade da Paróquia da Reguenga, está ao serviço de toda a população da respetiva freguesia;-----

Considerando o teor da informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de sete do corrente mês de julho, registada com o número seis mil oitocentos e vinte e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

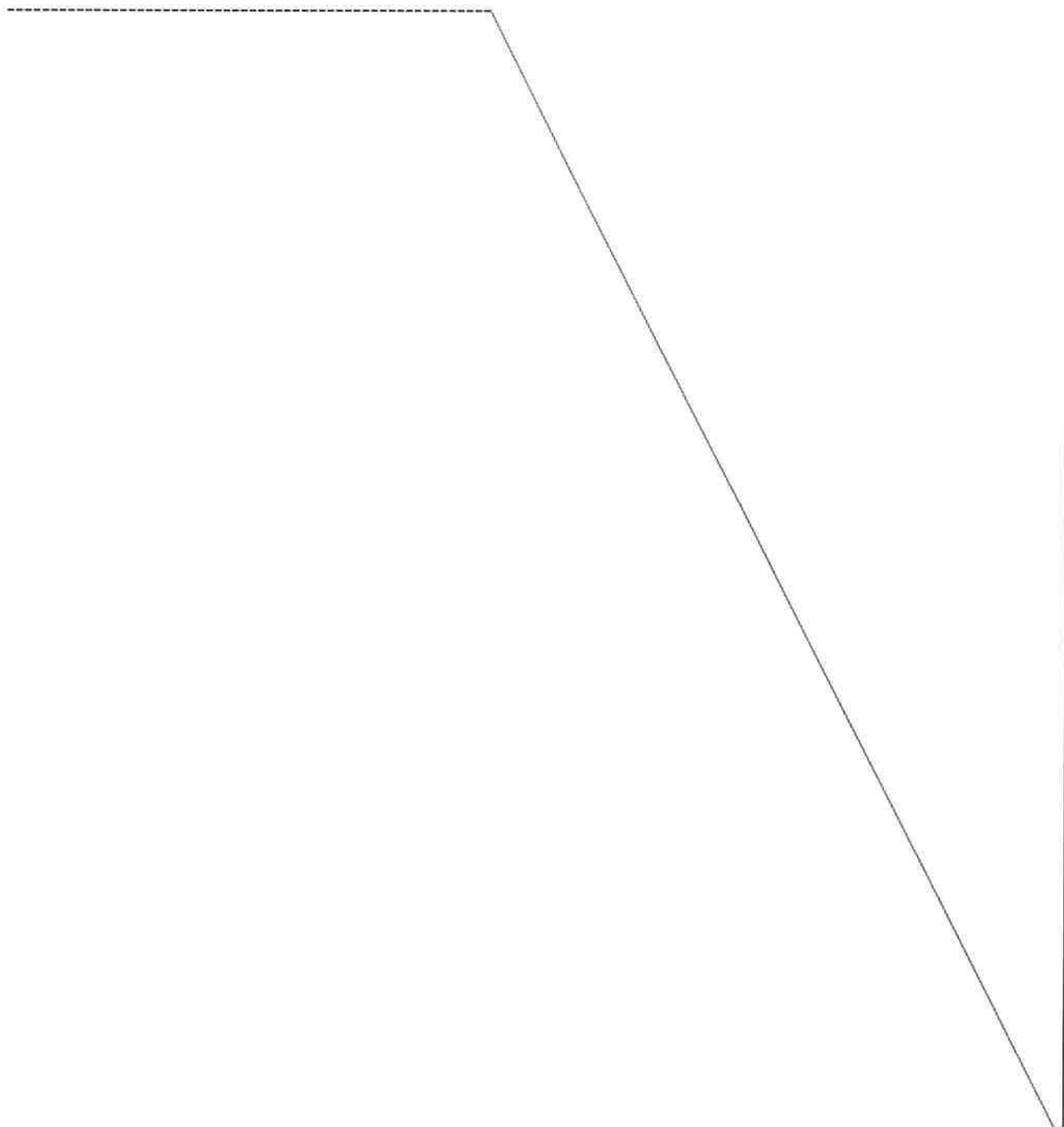
Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria da Reguenga um subsídio no montante de 2.337,00 € (dois mil trezentos e trinta e sete euros) para ajudar a custear as despesas com as referidas obras, a pagar à medida da sua execução.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2281/2017.-----



O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2950/2017, de vinte e quatro do corrente mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**18. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. MIGUEL DA LAMA: PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DA IGREJA MATRIZ DA LAMA.-----**

Presente ofício de catorze de junho último, da Paróquia de S. Miguel da Lama, registado com o número catorze mil novecentos e setenta e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de reparação do telhado da igreja matriz, cuja estimativa orçamental é de 24.937,23 € (vinte e quatro mil novecentos e trinta e sete euros e vinte e três cêntimos).

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município;-----

Considerando a importância que as Igrejas Locais assumem no seio da comunidade em que se inserem, sendo que os membros da Igreja são simultaneamente membros da comunidade local e um número significativo de cidadãos são membros conscientes e ativos da Igreja, estando simultaneamente comprometidos com o desenvolvimento social;-----

Considerando o teor da informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de treze do corrente mês de julho, registada com o número seis mil novecentos e setenta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel da Lama um subsídio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros) para ajudar a custear as despesas com as referidas obras, a pagar à medida da sua execução.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2276/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2945/2017, de vinte e quatro do corrente

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 15 Fl.  
27 de julho de 2017

41

mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**19. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À PARÓQUIA DE S. PEDRO DE AGRELA – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DAS SALAS DE CATEQUESE.-----**

Presente informação de sete do corrente mês de julho, da Divisão de Projetos e Empreitadas, registada com o número seis mil oitocentos e trinta e quatro, a comunicar que no âmbito da visita técnica ao acompanhamento dos trabalhos de construção das salas de catequese, da Paróquia de Agrela, a respetiva Fábrica da Igreja solicitou apoio financeiro para a realização de alguns trabalhos não inicialmente previstos, e que são essenciais para o bom acabamento dos trabalhos.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando a competência da câmara prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município;--

Considerando a importância que as Igrejas Locais assumem no seio da comunidade em que se inserem, sendo que os membros da Igreja são simultaneamente membros da comunidade local e um número significativo dos cidadãos são membros conscientes e ativos da Igreja, estando simultaneamente comprometidos com o desenvolvimento social;-----

Considerando que não se pode ignorar que a comunidade paroquial congrega, gera fenómenos comunitários organizados, que contribuem para a construção harmoniosa da sociedade;----

Proponho que a câmara municipal em aditamento à sua deliberação de um de abril de dois mil e quinze, delibere atribuir à Paróquia de S. Pedro de Agrela um subsídio no montante de 5.781,00 € (cinco mil setecentos e oitenta e um euros) para ajudar a custear as despesas com as obras referidas na aludida informação técnica, a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2279/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2948/2017, de vinte e quatro do corrente



Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 15 Fl.  
27 de julho de 2017

43

mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**20. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICIPIO DE SANTO TIRSO, A FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. MIGUEL DA LAMA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE AREIAS, SEQUEIRÔ, LAMA E PALMEIRA: CONSTRUÇÃO DE NOVAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DE APOIO À CAPELA MORTUÁRIA DA LAMA.**-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de vinte e oito de abril último, registada com o número três mil oitocentos e vinte e cinco, a comunicar que em reunião realizada com o presidente da junta de freguesia União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira e o pároco da Paróquia de S. Miguel da Lama foi acordado a execução da construção de novas instalações sanitárias para apoio à capela mortuária da Lama e a realização de outros trabalhos complementares, que se mostrem necessários para melhoramento das condições daquela capela e razões de segurança.-

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar um Protocolo de Colaboração com a Paróquia da Lama e a União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 37.661,17 € (trinta e sete mil seiscientos e sessenta e um euros e dezassete cêntimos).-----

Mais propôs, face à competência da assembleia municipal prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da lei 75/2013, de 12 de setembro, que a presente deliberação seja remetida à próxima sessão ordinária da assembleia municipal para ratificação.-----

A despesa respetiva será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento n.º 2104/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2826/2017, de sete de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**21. GRUPO CORAL LITÚRGICO SANTA CECÍLIA, DA FREGUESIA DE VILA NOVA DO CAMPO: PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA PARTICIPAÇÃO NO 6º FESTIVAL CORAL DE VERÃO “CHOIR FESTIVAL & COMPETITION”.-----**

Presente e-mail do Grupo Coral de Santa Cecília, de vinte e oito de fevereiro último, registado com o número cinco mil duzentos e noventa e seis, a enviar o seu plano de atividades para dois mil e dezassete e a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com o seu desenvolvimento.-----

O expediente vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de vinte e seis de junho findo, registada com o número dois mil cento e cinquenta e três, a comunicar que o Grupo Coral Litúrgico Santo Cecília, entre outras atividades previstas no seu plano de atividades, participou no 6º Festival Coral de Verão “Choir Festival & Competition”, organizado pela EGEAC, que decorreu em Lisboa, de vinte e três a vinte e seis de junho findo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir ao Grupo Coral Litúrgico Santa Cecília – S. Martinho do Campo um subsídio no montante de 300,00 € (trezentos euros).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental nº 2127/2017, de seis de julho.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2833/2017, de dez do corrente mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**22. ASSOCIAÇÃO DE COLECIONISMO TIRSENSE: PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÃO DE COLECIONISMO INTEGRADA NAS FESTAS EM HONRA DE S. BENTO.**-----

Presente e-mail da Associação de Colecionismo Tirsense, de treze de junho findo, registado com o número catorze mil novecentos e quarenta e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a exposição integrada nas comemorações das Festas de S. Bento, que se realizou nos dias sete a onze do corrente mês de julho.-----

O expediente vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de vinte e oito de junho findo, registada com o número seis mil duzentos e oitenta e um.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à Associação de Colecionismo Tirsense um subsídio no montante de 300,00 € (trezentos euros).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental nº 2114/2017, de cinco de julho.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2773/2017, de cinco do corrente mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

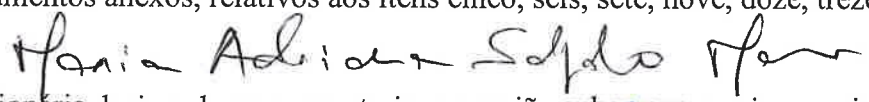
Ninguém do público usou da palavra.-----



**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada em: Quinze horas e cinquenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem quarenta e oito folhas, apenas utilizadas no anverso, com exceção das folhas vinte e três a vinte e cinco, também utilizadas no verso, e nove documentos anexos, relativos aos itens cinco, seis, sete, nove, doze, treze, catorze e vinte, que eu

  
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.-----

**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 10/08/2017 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas Dez da respetiva minuta).-----

A Secretária,